ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, A CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, O CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS, OS OPERADORES NACIONAIS DE REGISTROS PÚBLICOS (ONSERP, ONR, ON-RCPN E ON-RTDPJ), O COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL, PARA O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONSTANTES NAS BASES DE DADOS DO SERP, DA CENSEC E DA CENPROT. (Processo SEI n. 02602/2024)

O **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, com sede no SAF Sul, Quadra 2, Lote 5/6, Edifício Premium, Brasília/DF, CNPJ nº 07.421.906/0001-29, neste ato representado por seu Presidente, Ministro **Luís Roberto Barroso**, e pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro **Luis Felipe Salomão**, o **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)**, com sede em Brasília/DF, instalado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, inscrito no CNPJ nº 00.394.494/0014-50, representado por seu Ministro de Estado, **Enrique Ricardo Lewandowski**, o **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)**, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2, Edifício UniBC, Brasília/DF, CNPJ nº 36.321.509/0001-83, representado por seu Presidente, **Ricardo Liáo**, o **OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRÔNICO DOS REGISTROS PÚBLICOS (ONSERP)**, inscrito no CNPJ sob n° 51.249.224/0001-72, com endereço na ST SCS B, Quadra 9, Lote C – Torre C – Sala 1104 – Edifício Parque Cidade Corporate – Asa Sul – Cep: 70308-200 - Brasília/DF, representado por seu Coordenador, **Luis Carlos Vendramin Junior**, o **OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS (ON-RCPN)**, serviço social autônomo, com sede na Cidade de Brasília/DF, no Setor Comercial Sul (SCS) Quadra 09 Bloco C Torre C Andar 10 Sala 1001 - Parte H-2, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ sob o nº 50.832.497/0001-82, representado por seu Presidente, **Luis Carlos Vendramin Junior**, o **OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE IMÓVEIS (ONR)**, com sede na cidade de Brasília/DF, no SCS, Quadra 9, Bloco A, Torre C, Sala 1104, Edifício Parque Cidade Corporate, inscrito no CNPJ nº 37.318.313/0001-00, representado por seu Presidente, **Juan Pablo Correa Gossweiler**, o **OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO**

DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS (ON-RTDPJ), com sede em Brasília/DF, no SRTVS, Qd. 701, Bloco K, SN Sala 830, Edifício Embassy Tower, inscrito no CNPJ nº 51.366.708/0001-00, representado por seu Presidente, **Rainey Barbosa Alves Marinho**, o **COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL (CNB-CF)**, com sede em Brasília/DF, no SCN Quadra 4, Centro Empresarial Varig, Bloco B, sala 1404, inscrito no CNPJ nº 05.334.890/0001-91, representado por seu Vice-Presidente, **Eduardo Calais**, e o **INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL (IEPTB)**, com sede em Brasília/DF, no SRTVS 701, Lote 05, Bloco A, Sala 221/231, Centro Empresarial Brasília, inscrito no CNPJ nº 03.656.766/0003-89, representado por seu Presidente, **André Gomes Netto**, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, e no art. 1˚, VIII-A, da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços dos partícipes com o propósito de desenvolver, implementar e/ou aperfeiçoar mecanismos, inclusive instrumentos normativos e soluções tecnológicas, que favoreçam o compartilhamento de dados e de informações úteis à atuação institucional das partes signatárias entre o MJSP, o COAF e as Serventias Extrajudiciais de Notas e de Registro, por meio das plataformas do SERP (Sistema Eletrônico dos Registros Públicos), CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados) e CENPROT (Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos).

DO PLANO DE TRABALHO

CLÁUSULA SEGUNDA. As atividades relacionadas ao presente Acordo de Cooperação Técnica serão executadas conforme o plano de trabalho constante do Anexo I, sem prejuízo da celebração de outros planos durante a vigência do Acordo, em caso de necessidade de aperfeiçoamento e de atualização dos serviços.

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA. Os partícipes comprometem-se, no âmbito de suas atribuições, a atuar de forma colaborativa para o (a):

I. intercâmbio de informações técnicas e de apoio técnico-institucional para desenvolvimento, implantação e/ou aperfeiçoamento de funcionalidades de integração;

II. manutenção da segurança de dados e de informações, bem como para adoção das medidas adequadas à proteção da privacidade e confidencialidade daqueles dados e informações, conforme previsto na legislação de regência, inclusive na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) ou em regramento legal especial aplicável a hipóteses específicas de compartilhamento de informação;

III. acompanhamento da execução técnica do objeto pactuado;

IV. viabilização de troca de informações, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e de documentos, bem como deferimento de acessos necessários, observada a legislação em vigor no que tange às situações cujo sigilo esteja previsto em lei.

Parágrafo único. As partes comprometem-se a oferecer os recursos humanos e materiais necessários à execução deste Acordo, em regime de colaboração mútua, nos limites das respectivas possibilidades.

DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DOS PARTÍCIPES

CLÁUSULA QUARTA. Para execução do objeto deste Acordo, os partícipes atuarão de forma mutuamente colaborativa, inclusive mediante intercâmbio de conhecimentos e de apoio tecnológico.

Parágrafo primeiro. O Conselho Nacional de Justiça, através da Corregedoria Nacional de Justiça, assume as obrigações de:

I. tornar pública a celebração deste Acordo;

II. adotar providências, junto às Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e às Serventias Extrajudiciais, para assegurar a regular execução do pactuado;

III. sensibilizar as Corregedorias-Gerais de Justiça quanto à necessidade de fiscalizarem efetivamente a atuação das Serventias Extrajudiciais na correta e regular alimentação das bases de dados dos sistemas que compõem o SERP, a CENSEC e a CENPROT;

IV. estabelecer as diretrizes e padrões para o compartilhamento de dados e de informações, por intermédio do ONR, do ON-RCPN, do ON-RTDPJ, do CNB-CF e do IEPTB, entre as Serventias Extrajudiciais, as unidades vinculadas ao MJSP e o COAF.

Parágrafo segundo. O ONSERP, o ONR, o ON-RCPN, o ON-RTDPJ, o CNB-CF e o IEPTB, em conjunto e individualmente, assumem as obrigações de:

I. assegurar a conexão dos sistemas que operam com aqueles utilizados pelas unidades vinculadas ao MJSP e pelo COAF, observando as diretrizes e orientações baixadas pela Corregedoria Nacional de Justiça;

II. disponibilizar recursos humanos e materiais, inclusive infraestrutura tecnológica, para identificação de necessidades, suporte e desenvolvimento de soluções, conforme o indicado no parágrafo único da Cláusula Terceira e na Cláusula Nona deste Acordo;

III. cadastrar os administradores masters indicados pelas unidades vinculadas ao MJSP e pelo COAF;

IV. assegurar que os sistemas sob sua responsabilidade sejam capazes de viabilizar acesso aos dados e às informações requisitadas pelas unidades vinculadas ao MJSP e pelo COAF;

V. atender às requisições que lhes sejam apresentadas, oferecendo as respostas em arquivos passíveis de *download*, nos formatos disponíveis para cada Central (conforme a complexidade do processamento e o volume dos dados disponíveis);

VI. manter mecanismos de auditoria e de rastreabilidade dos sistemas sob sua gestão;

VII. manter, em ambiente de contingência distinto dos locais dos serviços, em servidor de *backup* (*datacenter*) de alta disponibilidade física e eletrônica, todos os dados, informações, registros e documentos correlatos às solicitações que lhes sejam apresentadas pelo MJSP, pelo COAF e por unidades vinculadas ao MJSP; e

VIII. oferecer, no mínimo, soluções que:

a) permitam *upload* e *download* de documentos nos formatos XLSX, TXT ou CSV, quando disponíveis;

b) ofertem consulta a histórico de requisições atendidas e pendentes de atendimento;

c) remetam notificações aos usuários, indicativas das disponibilidades de respostas e de outras notícias relacionadas à utilização de sistemas; e

d) estejam protegidas por criptografia de ponta a ponta.

Parágrafo terceiro. O ONSERP, o CNB e o IEPTB assumem as obrigações de:

I. receber as fichas cadastrais enviadas por representantes legais de unidades vinculadas ao MJSP e do COAF, manter controle seguro sobre as correspondentes informações recebidas e providenciar, imediatamente, os cadastramentos solicitados;

II. processar as reclamações quanto a indisponibilidade de serviços e/ou atrasos no atendimento a requisições veiculadas por unidades vinculadas ao MJSP e pelo COAF, informando os quantitativos correspondentes, semestralmente, à Corregedoria Nacional de Justiça;

III. incorporar ao planejamento e à implantação do Serviço Eletrônico de Registros Públicos (SERP) as experiências decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação Técnica, com o propósito de aperfeiçoar o compartilhamento, por acesso, de dados e informações notariais e de registro com órgãos e/ou entidades públicos e/ou privados.

Parágrafo quarto. O Ministério da Justiça e Segurança Pública assume as obrigações de:

I. tornar pública a celebração deste Acordo e promover sua divulgação junto às unidades vinculadas ao Ministério;

II. disponibilizar recursos humanos e materiais, inclusive infraestrutura tecnológica, para identificação de necessidades, suporte e desenvolvimento de soluções, conforme o indicado no parágrafo único da Cláusula Terceira e na Cláusula Nona deste Acordo;

III. determinar, junto às unidades vinculadas ao Ministério, a adoção de providências que assegurem a regular execução deste Acordo;

IV. credenciar administradores *masters* em sistemas ou soluções tecnológicas voltadas ao compartilhamento de informações ou indicá-los aos responsáveis por realizar esse tipo de credenciamento no contexto da execução deste Acordo;

V. cientificar todas as pessoas que, no âmbito do Ministério ou de unidades a ele vinculadas, pretendam ter acesso a dados e informações ao amparo deste Acordo de Cooperação Técnica de que sua utilização se destina exclusivamente a atender ao interesse público em investigações criminais e de que não é permitido o seu uso em benefício próprio ou o seu repasse a terceiros senão no estrito cumprimento de dever legal; e

VI. impedir acesso de terceiros a credenciamentos realizados no contexto da execução deste Acordo e no interesse de unidades vinculadas ao Ministério e do COAF para fins de acesso a plataformas eletrônicas mantidas pelas entidades vinculadas a notários e a registradores.

Parágrafo quinto. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras assume as obrigações de:

I. tornar pública a celebração deste Acordo;

II. disponibilizar recursos humanos e materiais, inclusive infraestrutura tecnológica, para identificação de necessidades, suporte e desenvolvimento de soluções, conforme o indicado no parágrafo único da Cláusula Terceira e na Cláusula Nona deste Acordo;

III. credenciar administradores *masters* em sistemas ou soluções tecnológicas voltadas ao compartilhamento de informações ou indicá-los aos responsáveis por realizar esse tipo de credenciamento no contexto da execução deste Acordo;

IV. cientificar, com confirmação de leitura, todas as pessoas que, em seu âmbito, pretendam ter acesso a dados e informações ao amparo deste Acordo de Cooperação Técnica de que sua utilização se destina exclusivamente a atender ao interesse público na produção e disseminação de inteligência financeira e de que não é permitido o seu uso em benefício próprio ou o seu repasse a terceiros senão no estrito cumprimento de dever legal; e

V. impedir acesso de terceiros a credenciamentos realizados no contexto da execução deste Acordo e no seu interesse institucional, bem como no do MJSP e no de unidades a ele vinculadas, para fins de acesso a plataformas eletrônicas mantidas pelas entidades vinculadas a notários e a registradores.

DA EXECUÇÃO E DO GERENCIAMENTO DESTE ACORDO

CLÁUSULA QUINTA. No prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes indicarão à Corregedoria Nacional de Justiça as pessoas vinculadas aos respectivos quadros que atuarão com poderes para o gerenciamento deste Acordo, nos correspondentes âmbitos internos, bem como para articulação externa com os demais partícipes.

Parágrafo primeiro. Em atendimento ao previsto no *caput*, o MJSP, o COAF e o CNJ designarão agentes públicos, vinculados aos respectivos quadros, como gestores titulares e substitutos, cabendo a estes últimos atuar durante os afastamentos e impedimentos dos titulares.

Parágrafo segundo. No mesmo prazo definido no *caput*, o ONR, o ONR-RCPN, o ON-RTDPJ, o CNB-CF e o IEPTB-Brasil designarão prepostos, titulares e substitutos, ou setores das respectivas estruturas, com funções similares às dos gestores mencionados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. Os designados, sujeitos às respectivas cadeias hierárquicas, serão responsáveis diretos pela execução deste Acordo e pela interlocução com os demais partícipes, inclusive pela transmissão, recebimento e documentação de comunicações, bem como pelo agendamento de reuniões e de outros eventos.

DOS ADMINISTRADORES *MASTERS*

CLÁUSULA SEXTA. As unidades vinculadas ao MJSP e o COAF indicarão aos operadores nacionais dos serviços notariais e de registro, isoladamente ou, quando possível, diretamente ao SERP, os correspondentes administradores *masters*, que serão os responsáveis pela inclusão, controle e exclusão de usuários autorizados, nas unidades vinculadas ao MJSP e no COAF, a executar o acesso a dados notariais e de registro.

Parágrafo primeiro. Os representantes (responsáveis legais) pelas unidades vinculadas ao MJSP e pelo COAF enviarão ao ONSERP, ao CNB e ao IEPTB os dados previstos em ficha cadastral que forma um dos Anexos deste Acordo, em documento digitalmente certificado (e-CPF A3), instruído com cópia de documento que comprove poderes de representação.

Parágrafo segundo. Os administradores *masters* indicados deverão acessar o sistema utilizando certificado digital e-CPF A3 ou outros meios autorizados pelo SERP, definido pelo art. 228-C do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), e poderão cadastrar outros usuários, conforme necessidades das respectivas instituições.

Parágrafo terceiro. Caso ocorram eventos que impossibilitem o uso de serviços providos no contexto da execução deste Acordo, os administradores *masters* deverão comunicá-los aos gestores do MJSP e do COAF, bem como aos prepostos do ONSERP, do CNB-CF ou do IEPTB, conforme o caso.

Parágrafo quarto. Tanto indicações quanto substituições ou solicitações de exclusão de administradores *masters* deverão ser comunicadas aos gestores do MJSP e do COAF, bem assim ao ONSERP, ao IEPTB e/ou ao CNB, conforme o caso.

DO SIGILO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os partícipes obrigam-se a preservar o sigilo dos dados e das informações a que venham a ter acesso em decorrência da execução deste Acordo, bem como a não repassar dados e informações a terceiros senão no estrito cumprimento de dever legal, para autoridades competentes, observada a legislação aplicável.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA OITAVA. O presente Acordo tem caráter não oneroso, não importando repasses de valores.

Parágrafo primeiro. As atividades realizadas na execução deste Acordo serão custeadas com recursos próprios de cada partícipe.

Parágrafo segundo. Eventuais desdobramentos deste Acordo que demandem, para sua viabilização, articulação específica entre os partícipes para fazer face a especiais necessidades de alocação de recursos financeiros serão objeto de instrumentos específicos, a serem formados oportunamente.

DOS RECURSOS HUMANOS

CLÁUSULA NONA. A utilização de recursos humanos por quaisquer dos partícipes em decorrência do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará alterações em suas vinculações originárias nem ônus a nenhum dos demais partícipes.

Parágrafo primeiro. A execução deste ajuste não implicará cessão de servidores.

Parágrafo segundo. Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, os partícipes poderão designar servidores dos respectivos quadros e prestadores de serviços para o desempenho de atividades específicas, relacionadas a tarefas, iniciativas ou projetos de curta duração, que contemplem metas e cronogramas definidos.

Parágrafo terceiro. O presente Acordo não estabelecerá vínculo de natureza trabalhista, funcional, previdenciária e/ou securitária entre servidores e/ou prestadores de serviços vinculados a determinado partícipe e os demais partícipes.

DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA DEZ. Ações promocionais relacionadas com o objeto do presente Acordo destacarão a colaboração dos partícipes, observada a legislação de regência, notadamente o disposto no artigo 37, §1º, da Constituição Federal, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e consubstanciem promoção de natureza pessoal de agentes públicos.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA ONZE. O presente **ACORDO** terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação, ficando automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, salvo em caso de expressa manifestação em contrário por parte de qualquer dos PARTÍCIPES, mantidas as cláusulas e condições pactuadas.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DOZE. Este instrumento poderá ser alterado por consenso, desde que mantido o seu objeto, por meio de termo aditivo.

DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

CLÁUSULA TREZE. Direitos de propriedade intelectual relacionados ao presente Acordo de Cooperação Técnica ou que decorram da sua execução integram os patrimônios dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica.

DO ENCERRAMENTO

CLÁUSULA QUATORZE. O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

I. por denúncia de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto 30 (trinta) dias após o recebimento da comunicação, sem que disso resulte ao denunciado direito a reclamação ou a indenização pecuniária, ficando as partes responsáveis pelas obrigações advindas do tempo de vigência decorrido até então e beneficiadas, igualmente, por vantagens que tenham obtido em decorrência da execução do Acordo no mesmo período;
II. por consenso formalizado entre os partícipes; e
III. por rescisão.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUINZE. O presente Acordo poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, nas seguintes situações:

I. quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e

II. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA

CLÁUSULA DEZESSEIS. O CNJ providenciará o necessário à publicidade deste Acordo e, se for o caso, de seus termos aditivos, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da respectiva assinatura.

Parágrafo único. O extrato correspondente deverá ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) em até 20 (vinte) dias contados da data especificada no *caput* desta Cláusula.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DEZESSETE. Aplicam-se à execução deste Acordo de Cooperação Técnica a **Lei n. 13.019/2014, subsidiariamente** a Lei n. 14.133, de 2021, no que couber, os preceitos do Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZOITO. Eventuais casos omissos e controvérsias relacionadas ao presente Acordo poderão ser objeto de solução por comum acordo entre os partícipes ou por mediação no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo inciso III do art. 41 do Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

DO FORO

CLÁUSULA DEZENOVE. No caso de absoluta impossibilidade da solução por mediação prevista na CLÁUSULA DEZOITO, à qual é conferida prioridade, será competente o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais litígios oriundos deste Acordo.

E, por estarem assim justos e de pleno acordo, firmam o presente instrumento, para os fins de direito.

Brasília, 12 de março de 2024.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Ministro **Luis Felipe Salomão**

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro **Enrique Ricardo Lewandowski**

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Ricardo Liáo

Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Luís Carlos Vendramin Júnior

Presidente do ON-RCPN e Coordenador do ONSERP

Juan Pablo Correa Gossweiler

Presidente do ONR

Rainey Barbosa Alves Marinho

Presidente do ON-RTDPJ

Eduardo Calais

Vice-Presidente do CNB-CF

André Gomes Netto

Presidente do IEPTB

ANEXO I

AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 056/2024

PLANO DE TRABALHO

JUSTIFICATIVA

A justificativa para o Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ON-SERP), o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), o Operador Nacional do Registro Civil do Brasil (ON-RCPN), o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF), e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-Brasil) reside no propósito de contínuo aprimoramento da comunicação e do intercâmbio de informações entre o Poder Judiciário, o Serviço Notarial e de Registro Público, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, visando incrementar e robustecer as investigações criminais e a produção de inteligência financeira, bem como a eficiência e a celeridade dos processos judiciais que envolvam atividades de polícia judiciária.

O compartilhamento, por acesso, de dados e de informações sob guarda de notários e de registradores com órgãos do Poder Judiciário e do Ministério da Justiça, bem assim com o COAF, volta-se à obtenção de maior eficácia e eficiência para a execução das atividades institucionais atribuídas, pela legislação, àqueles Órgãos.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O Acordo tem por objeto a conjugação de esforços dos partícipes com o propósito de desenvolver, implementar e/ou aperfeiçoar mecanismos, inclusive instrumentos normativos e soluções tecnológicas, que favoreçam o compartilhamento de dados e de informações úteis à atuação institucional das partes signatárias entre o MJSP, o COAF e as Serventias Extrajudiciais de Notas e de Registro, por meio das plataformas do SERP (Sistema Eletrônico de Registros Públicos), da CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados) e da CENPROT (Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos).

METAS A SEREM ATINGIDAS

I. Desenvolvimento de API *(Application Programming Interface)* que promova o intercâmbio de arquivos por acesso identificado aos dados solicitados (*on demand*) e informações sob guarda de notários e de registradores;

II. Desenvolvimento, caso necessário, de aparato normativo adequado à regulamentação de aspectos da execução deste acordo.

III. Satisfação da necessidade de acesso do MJSP e do COAF, nos termos da legislação aplicável, aos dados e informações disponíveis no serviço notarial e de registro para fins de investigação criminal.

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Etapa	Responsável	Atividade	Prazo
1.	MJSP, COAF e CNJ	Publicação e divulgação dos termos deste acordo, nos âmbitos respectivos, bem como no de unidades vinculadas.	D + 5 dias
	Partícipes	Designação de gestores e de prepostos	D + 5 dias
2.	Partícipes	1ª Reunião de alinhamento de expectativas e compartilhamento de experiências	D + 300 dias
3.	Partícipes	2ª Reunião de alinhamento de expectativas e compartilhamento de experiências	D + 600 dias
4.	Partícipes	3ª Reunião de alinhamento de expectativas e compartilhamento de experiências	D + 900 dias
5.	Partícipes	4ª Reunião de alinhamento de expectativas e compartilhamento de experiências	D + 1200 dias
6.	Partícipes	5ª Reunião de alinhamento de expectativas e compartilhamento de experiências	D + 1500 dias
7.	Partícipes	Execução do Acordo de Cooperação Técnica	60 meses

D = data de assinatura deste acordo de cooperação técnica

ANEXO II

AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 056/2024

DADOS DOS GESTORES E PREPOSTOS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ-CN)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRÔNICO DOS REGISTROS PÚBLICOS (ONSERP)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE IMÓVEIS (ONR)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF

Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO CIVIL DO BRASIL (ON-RCPN)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS (ON-RTDPJ)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL (CNB-CF)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL (IEPTB)		
Nome do Responsável	Cargo ou Função	CPF
Setor responsável pelo ACT		Contato do setor
Endereço eletrônico funcional do responsável		

ANEXO III

AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 056/2024

MODELO DE FICHA CADASTRAL DE UNIDADES VINCULADAS AO MJSP E DE ADMINISTRADORES *MASTERS*

DADOS DA UNIDADE VINCULADA AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
Nome da Unidade	
CNPJ	Sigla
Logradouro (Região, Bairro) e número	
Cidade	
CEP	UF
Endereço eletrônico da Unidade Vinculada	
Telefones da Unidade Vinculada	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL	
Nome completo	
CPF	
Cargo	
Email institucional	
Telefones	
Endereço eletrônico funcional	
DADOS DO ADMINISTRADOR *MASTER* INDICADO	
Nome completo	
CPF	
Cargo	
Email institucional	
Telefones	
Endereço eletrônico funcional	